

Economia - Brasil



BRASIL S/A

por Antônio Machado

cidadebiz@correioweb.com.br

O que Lula sabe

O que, afinal, é preciso ser feito para a economia crescer à taxa de 5% ao ano, durante vários anos, conforme a meta a que se impôs o presidente Lula, contra a média anual de 2,7% em seu 1º mandato e 2,4% nos últimos doze anos? Essa é a resposta que interessa. Não se sabe o que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e ele conversam. Mas se imagina que Lula já deva há muito ter ouvido o motivo de o Brasil ter juros interbancários Selic recordes.

Se ouviu e nada fez para reverter o processo que leva o BC a pôr os juros no espaço, está aí mais um motivo para o PT parar de ver nos monetaristas de Meirelles sabotadores do governo. O BC teve liberdade para sustar qualquer tranco da inflação, e até exagerou, pois a inflação está muito menor que a meta (3%, contra o objetivo de 4,25% no ano) e o PIB deverá evoluir em torno de seu potencial — cerca de 3% a 4%, o teto estimado pelo BC, como se supõe, para a inflação ficar dentro do planejado.

O exagero pode ter saído do excesso de cautela contra a derrama dos gastos públicos neste ano eleitoral, que ocorreu sob o olhar cúmplice do BC, mas não fez o consumo ferver por razões não muito claras. Especula-se que o limite de crédito do brasileiro esteja apertado. A renda média e o emprego também caminham devagar.

Se não ouviu explicações de Meirelles, Lula estaria num voo cego da economia, o que — mesmo para um não especialista mas com total responsabilidade pelo que ocorre entre o pouso e a decolagem —, é uma hipótese descabida. Melhor especular que o crescimento não foi a prioridade deste mandato, já que haveria, pela ótica da equipe econômica então em comando, outra necessidade prévia: resgatar a confiança dos investidores e a solvência do Tesouro. O presidente, em troca, teve espaço para ampliar a gosto as políticas sociais.

Isto aconteceu, especialmente com a dívida externa, que em termos líquidos está zerada pelo volume de reservas de divisas acumuladas pelo BC. Mas ficou o caroço da dívida interna, espécie de quarto de despejo dos podres financeiros e equívocos políticos. E também o problema do baixo crescimento do PIB. Muitos supõem que basta o superávit primário de 4,25% do PIB extraído antes do pagamento dos juros para garantir a solvência da dívida. E o crescimento do PIB, nesta concepção, viria pela normalização das finanças nacionais.

Falta gente campeã

As duas crenças, a da política econômica implementada pelo BC e a de seus desafios, são insuficientes para levar o PIB às alturas. O bom crédito não garante dinheiro fácil e barato a ninguém. Antes é preciso haver um ambiente favorável aos negócios e bons projetos que justifiquem os investimentos. Pelo mesmo motivo, só a queda dos juros não desperta uma reação em cadeia de investimentos. A rigor, nem com carga tributária menor. Tudo tem de vir de uma só vez, com o governo catalisando o processo, seja com mais investimento vindo do orçamento, que hoje mal basta para tapar buraco em estradas, ou com menos tributação em setores selecionados. Lula ainda não deu o sinal de que terá recursos humanos campeões para o tamanho deste desafio. É mais isso e um bom plano o que falta, não dinheiro.

**BC NÃO
CONDICIONA
A ECONOMIA,
É POR ELA
CONDICIONADO
SE A INFLAÇÃO
SE MANIFESTAR.
É UM SINTOMA,
NÃO A DOENÇA**

Depois de se entender que o crescimento é função da macroeconomia e, uma vez arrumada, de uma miríade de decisões da microeconomia, que desonerem e facilitem a atividade empresarial, pode-se voltar ao Banco Central e sua lógica. Seu papel chave é manter o ritmo de correção dos preços, isto é, a inflação, estável e dentro da meta. Esse número carrega todos os demais: juros, câmbio e impostos. Se algo sair errado, e é o que mais tem ocorrido, algum deles será acionado para que tudo volte a ficar como antes com a inflação. O BC não condiciona a economia, é por ela condicionado se a inflação se manifestar. Como a febre, é sintoma de que o mal já ocorreu.

Quem deve se calar

Façam as contas. Cerca de 30% da economia é o consumo público e privado movido à base de transferência de renda pública e cresce três vezes mais que o crescimento anual do PIB. Como abrir espaço para que a fatia dos investimentos, de atuais 20%, vire 25%, sem comprimir os 50% restantes da economia, representados pelo consumo movido à renda privada? Quem não souber responder essa pergunta, e pior, contestar quem fala em segurar o gasto público, nem deveria aventurar-se a falar em juros nem a aconselhar o presidente.

Por que 25% do PIB? Porque esse é o volume de investimento tido como necessário para a economia crescer acima de 5% ao ano, com a inflação estável. Não é o BC que mata o investimento, apesar de o fazer na prática com os juros altos, mas isso porque o todo, isto é, o PIB, segue praticamente igual há décadas — e o setor privado teime, com razão, em querer crescer. Para que isso faça sentido, sem despertar a inflação ou ruir o penoso ajuste externo, o gasto público tem crescer menos ou, melhor, parar de crescer.

“Um país onde o PIB cresce a 2,4% ao ano e as despesas correntes a 6% terá o destino do planeta Plutão: será apagado da geografia”, escreveu o ex-ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, dos poucos que conhecem economia de cátedra entre os que Lula vem consultando nos últimos dias. “Não resta ao Brasil, para crescer forte, outro caminho que não seja estabilizar as despesas correntes e exigir um pequeno aumento da produtividade (1,5% ao ano) do setor público.” A fórmula é essa. Exige sacrifícios e um bom governo. Tudo mais é conversa fiada. Continuaremos falando do assunto.